

Orçamento da União quer superar reforma tributária, diz parecer

por Marcos Magalhães
de Brasília

O relatório entregue ontem à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA) explica a insistência do governo federal em ver pagos, no ano que vem, 25% das dívidas vencidas dos estados e municípios: os CZ\$ 447 bilhões que migrariam para Brasília por meio deste artifício cobriam 88% de toda a perda de receitas da União, acarretada pela reforma tributária inscrita na nova Constituição. O restante da diferença seria suprido com folga, segundo o documento, pelos cortes da Operação Desmonte, levando à conquista de um saldo positivo equivalente a CZ\$ 302 bilhões, ou 0,43% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Evidencia-se que a reestruturação do gasto público federal não contribui para ajustar a União à nova realidade federativa”, acusa Gabriel no seu relatório de 54 páginas. Segundo o senador, a diminuição de receitas da União, em função da reforma tributária, chegaria a CZ\$ 510 bilhões, ou 0,73% do PIB.

Desta verba, os estados e municípios teriam de diminuir CZ\$ 365 bilhões — 0,52% do PIB — por conta de cobertura de transferências voluntárias, programas custeados por impostos federais extintos e contrapartidas a financiamentos externos. Por isso, o ganho líquido de governadores e prefeitos, após a Operação Desmonte, e sem contar com o pagamento de dívida vencida, ficaria reduzido a CZ\$ 145 bilhões, ou 0,21% do PIB. Em outras palavras, Almir Gabriel afirma que a União sairia ganhando mais do que os estados e municípios.

Gabriel desconfia, contudo, que boa parte dos recursos previstos pelo governo federal em seu projeto pode não se concretizar. O senador considera exagerada a previsão de crescimento de 32% na arrecadação de 1989, em relação a este ano, que seria obtido por meio da melhoria da arrecadação e da criação de novos impostos. “Não há precedente na história recente do País quanto a obter-se um incremento real na arrecadação tributária da ordem de 32%”, lembra o relator.

O relatório de Almir Ga-

briel começa a ser votado na próxima segunda-feira, pela manhã. Até lá, é possível que o governo ainda procure as lideranças da Comissão Mista de Orçamento para uma última tentativa de conciliação. O parecer de Gabriel estipula que estados e municípios não pagarão nada de suas

dívidas vencidas, mas apenas parte dos compromissos que vencem em 1989. O presidente José Sarney pode vetar o projeto, caso ele venha a ser aprovado como deseja a comissão. Se isto acontecer, o Congresso só poderá derrubar o veto por maioria absoluta de seus membros.